O discurso econômico no século XVIII (1741-1776)

Leonardo André Paes Müller

A. Introdução

1. A economia política como discurso moderno

A maior parte dos historiadores do pensamento econômico concorda que a ciência econômica propriamente dita surge em meados do século XVIII (ver, por exemplo, LARRÈRE, 1992). Nosso ponto de partida será o diagnóstico de David Hume a propósito do estado da arte da questão.[1] Em 1741, ele publicava a primeira edição de seus *Ensaios* e dentre eles um intitulado *Da liberdade civil* (Of Civil Liberty), no qual o filósofo escocês indicava a dificuldade em delinear "verdades gerais em política (*politics*)", em especial devido ao fato do mundo ser ainda "muito jovem" para permitir raciocínios tão amplos (2009, p.61; para o texto original ver 1987, p.87). O curto período de existência dessa ciência[2] transpareceria também pela então recente inclusão de um tópico tão vasto quanto central ao mundo moderno, o comércio:

> Até o século passado, o comércio (*trade*) nunca foi considerado questão de Estado; e são raros os escritores políticos antigos que fazem menção a ele. Mesmo os italianos [i.e., pensadores renascentistas] guardaram profundo silêncio a respeito. Mas hoje a questão reclama a maior atenção de ministros de Estado e de homens de razão especulativa. A enorme opulência, grandeza e feitos militares das duas potências marítimas [i.e., Grã-Bretanha e Holanda] parecem ter ensinado aos homens a impotância de um comércio abrangente. (2009, p.62; 1987, pp.88-89)

[1] Sobre a importância de Hume para os debates econômicos da época, ver Deleule (1979) e Hont (2005).
[2] A esse respeito ver o ensaio *Que a política pode ser reduzida a uma ciência* (That Politics May be Reduced to a Science), no mesmo volume (2009, pp.23-36; 1987, pp.14-31).

O diagnóstico de Hume é particularmente preciso ao apontar a novidade: a questão econômica demanda maior atenção não apenas de homens de estado como também de todos aqueles interessados em teorizar a política, uma atenção que foi trazida a primeiro plano por conta dos efeitos do comércio nas nações que assumiram a vanguarda de sua expansão nos séculos 17 e 18. É igualmente relevante porque insiste na novidade e na fragilidade dessas teorizações, não se trata, ainda em 1740, de teorizações consistentes e sistemáticas.

Oitenta anos depois, o diagnóstico de outro filósofo, o alemão Hegel é mais sucinto e aponta uma inegável evolução teórica: "Esta [a economia política] é uma das ciências que surgiram na época moderna (*neuerer Zeit*) como seu terreno". A especificidade moderna do discurso a propósito da economia é igualmente ressaltada, mas agora não há mais meros tateamentos: a economia política é uma ciência bem estabelecida e reconhecida como tal tendo em Smith, Say e Ricardo seus exponentes principais (2000, p.24; 1986, §189, p.346). Mapear o momento de formação desse discurso em suas dimensões linguística, metodológica e expositiva é o objetivo desse projeto.

2. Linguagem, método, forma

Ainda em 1776, ano de publicação da *Riqueza das nações* de Adam Smith, Condillac abre o seu *Le commerce et le gouvernement, consideres relativement l'um a l'autre* indicando a ausência de um vocabulário consistente no campo da economia:

> Chaque science demande une langue particulière, parce que chaque science a des idées qui lui sont propres. Il semble qu'on devrait commencer par faire cette langue : mais on commence par parler et par écrire, et la langue reste à faire. Voilà où en est la science économique, dont l'objet est celui de cet ouvrage même. (Oeuvres complètes IV, 2012, p.1)

Esse problema não estava restrito à investigação filosófica ou científica. A ausência de um vocabulário estável também se fazia valer no dia-a-dia econômico, como apontara Diderot em 1751:

> Considero a língua das artes deveras imperfeita, e isso por duas causas: a escassez de palavras próprias e a abundância de sinônimos. Certos instrumentos têm muitos nomes diferentes; outros, ao contrário, têm apenas o nome genérico de engenho ou máquina, sem qualquer especificação; às vezes uma diferença mínima é suficiente para que os artistas abandonem o nome genérico e inventem nomes particulares; outras, um instrumento singular pela forma e uso tem nome ou traz o nome de outro, com o qual nada tem em comum. (...) A língua muda muito de uma manufatura para outra. (2015, v.2, pp.54-5)

Seria essa a única dificuldade para o estabelecimento da ciência econômica? Onze anos depois de fornecer um diagnóstico, em 1752, Hume apresenta sua versão dessa ciência que lida com o comércio, não sem antes discorrer a respeito do tipo de raciocínio necessário àqueles que buscam a verdade nesse campo:

> A maior parte do gênero humano pode ser dividida em duas classes: a dos pensadores superficiais, que ficam aquém da verdade, e a dos pensadores abstrusos, que vão além dela. (...) Quando alguém delibera sobre sua conduta numa questão particular e estabelece esquemas na política, nos negócios, na economia ou em qualquer ocupação da vida, nunca deve tecer argumentos finos demais, nem concatenar uma cadeia muito longa de consequências. (...) Mas quando raciocinamos sobre assuntos gerais, pode-se justamente afirmar que nossas especulações dificilmente serão finas demais, caso sejam justas; e que a diferença entre o homem comum e o homem de gênio se vê principalmente pela superficialidade ou profundidade dos princípios segundo os quais procedem. (2009, pp.195-6; 1987, pp.253-4)

Se "deliberações particulares" não devem ser longas demais, ao custo de atravancar o andamento cotidiano, "raciocínios gerais" exigem "sutileza e refinamento" tanto por parte de filósofos, cuja tarefa é "considerar o curso geral das coisas", e de

"políticos, especialmente na administração interna do Estado, em que o bem público (...) depende da concorrência de uma multidão de causas". Daí sua ressalva:

> Pensei que essa introdução era necessária antes dos discursos seguintes, sobre comércio, moeda, juros, balança comercial etc., nos quais talvez surjam alguns princípios incomuns (*some principles which are uncommon*), que podem parecer refinados e sutis demais para assuntos tão corriqueiros. (2009, p.196; 1987, pp.254-5)

Em meados do século, faltava tudo à ciência econômica: um vocabulário geral e estável, princípios comuns e aceitos por todos os interessados, e mesmo o tipo de raciocínio a ser empregado estava em jogo. O que dizer então da forma de exposição? É duvidoso que um discurso (*discourse*), ou mais corretamente, a forma ensaio (*essay*) – que, apesar (ou talvez precisamente por) buscar aproximar os "indivíduos letrados (*learned*)" dos "indivíduos de convívio social (*conversable*)" (2009, p.221; 1987, p.533) – seja a forma mais adequada de expor tais raciocínios de forma sistemática.[3] Tópico central, uma vez que Hume fizera uso de uma forma expositiva mais adequada a esse propósito ao tratar tanto do entendimento humano quanto dos princípios da moral, a saber, a investigação (*Enquiry*).

Essa é a via empregada por seus dois seguidores mais importantes na Escócia, Sir James Steuart, autor de *An Inquiry upon the Principles of Political Oeconomy* (1767) e

---

[3] A ausência de uma forma predominante de exposição é patente no período em questão: há ensaios (além dos humeanos, os *Essays on Mankind and Political Arithmetic* (1682 a 1687), de Sir William Petty, o *Essai politique sur le commerce* (1734) de Jean-François Melon), diálogos (o *Quantulumcumque* (1682) de Petty, os *Dialogues sur le commerce de blés* (1770) de Galiani), considerações (*Some Considerations* (1691) de Locke e as *Considerations sur le numeraire et le commerce* (1705) de John Law), discursos (*A Discourse concerning Coining New Money Lighter* (1696) de Nicholas Barbon), reflexões (*Reflexions politiques* (1735) de Nicolas Dutot), projetos (*Projet d'une dime royale* (1695) de Vauban), cartas (as de Quesnay a Mirabeu (1759) sobre o Tableau), verbetes na *Enciclopédie* (como os de Quesnay, *Evidence* e *Fermier* (1756)) , artigos em periódicos (*The Spectator*, no 69 (1711) de Joseph Addison, ou *The Rambler*, no 129 (1751) e *The Adventurer*, no 99 (1753), ambos de Samuel Johnson), observações (as *Short Observations* (1695) de Locke e as *Remarks on the Fable of the Bees* (1714) de Bernard Mandeville), máximas (sobre o governo econômico de um reino agrícola (1766), de Quesnay), e tratados um pouco mais consistentes (geralmente nomeados apenas por seu objeto, como *Della moneta* (1751) de Galiani e *Le commerce et le gouvernement* (1776) de Condillac, ou *Elements du commerce* (1754) de Forbonnais). A lista aqui, evidentemente, é não exaustiva.

Adam Smith, autor de *An Inquiry upon the nature and Causes of the Wealth of Nations* (1776).

3. Luxo e liberdade

Vejamos, pois, um desses "princípios incomuns" estabelecidos por Hume e desenvolvidos por Steuart e Smith:

> O maior contingente de todo Estado se divide em agricultores e manufaturadores. Os primeiros se dedicam ao cultivo da terra; os últimos transformam os materiais que aqueles fornecem em mercadorias que são necessárias ou ornamentais na vida humana. Assim que deixam seu estado selvagem, onde vivem principalmente da caça e da pesca, os homens entram numa dessas duas classes, embora a agricultura empregue no início a maior parte da sociedade. O tempo e a experiência aprimoram a tal ponto essas artes, que a terra pode facilmente sustentar um número muito maior de homens que os diretamente empregados em seu cultivo ou que fornecem as manufaturas mais necessárias àqueles assim empregados. (2009, p.197; 1987, p.256)

Os "braços excedentes (*superfluous hands*)" assim liberados podem ser empregados seja sob a forma de exércitos pelo soberano contribuindo para a grandeza do estado, seja como mão de obra do setor manufatureiro, produzindo objetos de luxo e contribuindo "para a felicidade" do estado. Nunca um estado empregará todo esse excedente em apenas uma dessas opções: "assim, como a ambição do soberano se sobrepõe ao luxo dos indivíduos, o luxo dos indivíduos diminui a força e põe freio à ambição do soberano" (2009, p.198; 1987, pp.256-7). Mas a análise dos efeitos benéficos do luxo sobre a vida privada e pública é o tópico do ensaio seguinte, *Do refinamento nas artes* (Of refinement in the arts):

> Em tempos de florescimento da indústria e das artes, os homens se mantem em constante ocupação, e têm como recompensa o contentamento com a própria ocupação, não menos que com os prazeres

> que são frutos do seu trabalho. A mente adquire novo vigor, amplia seus poderes e faculdades e, pela persistência na indústria honesta, satisfaz seus apetites naturais e impede o aumento de apetites inaturais, que geralmente cresce alimentados pelo conforto e pela preguiça. (2009, p.211; 1987, p.270)

O desenvolvimento nas artes mecânicas geralmente vem acompanhado pelo desenvolvimento nas artes liberais, uma vez que "o espírito da época afeta todas as artes, e a mente humana, uma vez despertada de sua letargia e posta em ebulição, volta-se para todos os lados" (ibidem). Por fim, "enriquecidos de ciência e dispondo de fundos para o convívio social", os homens se tornam mais sociáveis.

> Assim, indústria, conhecimento e humanidade se ligam por um elo indissolúvel e, tanto por experiência, quanto por razão, se constata que são peculiares às épocas mais polidas, aquelas que são comumente denominadas as mais luxuosas. (2009, p.212; 1987, p.271)

No que tange à vida pública, o excedente de braços empregado pelas manufaturas constitui uma "espécie de armazenamento de trabalho que, numa emergência de Estado, pode ser empregado no serviço público". Por seu turno, o aumento do conhecimento gerado pelo desenvolvimento das artes implica no aperfeiçoamento da ordem pública: "Leis, ordem, polícia, disciplina" jamais atingem "algum grau de perfeição antes que a razão humana tenha se refinado pelo exercício e aplicação nas artes mais comuns, ou, ao menos, nas artes do comércio e da manufatura" (2009, p.213; 1987, p.272). Isso tudo é acompanhado pelo incremento da "brandura e da moderação", uma suavização nos modos e costumes que se deve à instrução a respeito das vantagens obtidas pela vida civilizada: "As facções se tornam menos inveteradas; as revoluções menos trágicas; a autoridade menos severa; as sedições menos frequentes. Até a crueldade das guerras diminui". Eis a explicação da origem da "principal característica que distingue uma época civilizada dos tempos de barbárie e ignorância" (2009, p.214; 1987, p.274). Daí porque, considerada

sob uma "luz apropriada, veremos que o progresso nas artes é antes propício à liberdade e tende naturalmente a preservar, se não a produzir, um governo livre" (2009, p.217; 1987, p.277).

4. Progresso e população

Sir James Steuart retém essa argumentação e dá, ao menos, três passos a mais. Primeiro, ele constrói um esquema mais consistente de progresso histórico, com três fases bem distintas (o estágio de colheita e caça; o de agricultura e o de comércio e indústria), segundo, associa a essa explicação à questão do tamanho da população e, terceiro, provê uma nova explicação para o modo como o luxo cria um tipo específico de liberdade ao substituir relações de servidão pessoal por relações de interdependência mercantil.

No primeiro estágio, a terra não é cultivada (de maneira geral, não há trabalho) e a população que aí vive "would not exceed the proportion of the spontaneous fruits which she offers for their immediate use" (IPPO, p.31). Esse é o limite máximo para o tamanho da população (regido aqui unicamente pelo que Steaurt denomina de "principle of generation") e que, caso ultrapassado, gerará um efeito reverso:

> The consequence will be, that certain individuals must become worse fed, consequently weaker. consequently, if, in that weakly state, nature should withhold a part of her usual plenty, the whole multitude will be affected by it; a disease may take place, and sweep off a far greater number than that proportioned to the deficiency of the season. What results from this? That those who have escaped, finding food more plentiful, become vigorous and strong. generation gives life to additional numbers, food preserves it, until they rise up to the former standard. (IPPO, p.32)

Até que o princípio do *self-love* intervenha, a população dessa sociedade ainda selvagem oscilará indefinidamente entre essa situação de penúria e de abundância

alimentar.[4] Se o princípio da geração é inerente ao corpo humano, o *self-love* é inerente à mente (*mind*) e consiste em "a desire of ease and happiness, which prompts those who find in themselves any superiority, whether personal or political, to make use of every natural advantage". Trata-se de um princípio que se manifesta de forma desigual, apenas em alguns indivíduos que

> will multiply proportionably: because by appropriating to themselves the fruits of the earth, they have the means of subsisting their offspring. The others, I think, will very naturally become their servants. (IPPO, p.34)

A sociedade se divide assim em duas classes: caçadores/coletores e agricultores, os primeiros mandando nos segundos (ibidem). O progresso se encontra no fato de que "the most essential requisite for population, is that of agriculture, or the providing of subsistence. Upon this all the rest depends: while subsistence is upon a precarious footing, no statesman can turn his attention to any thing else" (IPPO, p.37). Se é verdade que sem agricultura não pode haver governo, sem comércio a agricultura não pode alastrar seus efeitos benéficos pela sociedade[5], todo excedente aí produzido sendo perdido (IPPO, p.39). A dificuldade que cabe ao soberano resolver consiste, portanto, em dar vazão (ou criar as condições para tanto) a esse excedente gerado pela agricultura, de modo a incentivar o agricultor a produzi-lo, o que só será alcançado se outras pessoas produzirem objetos necessários a ele:

---

[4] Vemos aqui um excelente exemplo de um mecanismo que se autorregula. Hume já havia apresentado um modelo que utiliza a mesma lógica ao tratar da balança de comércio no ensaio *Of the Balance of Trade* (1987, pp.307-26). Sobre esse tipo de raciocínio ao longo do século XVIII, ver o trabalho de Sheehan & Wahrman (2015), que, contudo, não cita Steuart.

[5] Nesse caso se volta ao mecanismo populacional mais simples, um degrau acima: "Let me here suppose a statesman, who shall inspire a taste for agriculture and for labour into those who formerly consumed the spontaneous fruits of the earth in ease and idleness. What will become of this augmentation of food produced by this additional labour? The sudden increase of food, such as that here supposed, will immediately diffuse vigour into all; and if the additional quantity be not very great, no superfluity will be found. No sooner will the inhabitants be fully nourished, but they will begin to multiply a-new: then they will come to divide with their children, and food will become scarce again" (IPPO, p.39).

a farmer will not labour to produce a superfluity of grain relatively to his own consumption, unless he finds some want which may be supplied by means of that superfluity. Neither will other industrious persons work to supply the wants of the farmer for any other reason than to procure subsistence, which they cannot otherwise so easily obtain. These are the reciprocal wants which the statesman must create, in order to bind the society together. (IPPO, p.40)

Toda a dificuldade, para Steuart, está na manutenção de uma proporção entre o crescimento da produção agrícola e da população e o desenvolvimento da indústria e da multiplicação das necessidades (*wants*). Quando isso ocorre "the spring will easily overcome the resistance; it will dillate; that is, numbers will continue to increase" (IPPO, p.41).

Nesse cenário introduz-se uma subdivisão na classe dos indivíduos que precisam trabalhar para sobreviver: fazendeiros e "free-hands; (...) their occupation being to procure themselves subsistence out of the superfluity of the farmers, and by a labour adapted to the wants of the society" (IPPO, p.43). É aqui que uma "new scene opens" (IPPO, p.44), com a introdução conjunta do luxo e do dinheiro (IPPO, p..43-4). Em particular, o aumento do comércio e da indústria é potencializado pela introdução desse "new object of want" que é o dinheiro. Um novo mecanismo se instala:

those who have the money will cease to labour, and yet will consume; and they will not consume for nothing, for they will pay with money. Here then is a number of inhabitants, who live and consume the produce of the earth without labouring; food will soon become scarce; demand for it will rise, and that will be paid with money, this is the best equivalent of all; many will run to the plough; the superfluity of the farmers will augment; the rich will call for superfluities; the free hands will supply them, and demand food in their turn. These will not be found a burden on the husbandman, as formely; the rich, who hired of them their labour or service, must pay them with money, and this money in their hands will serve as an equivalent for the superfluity of nourishment produced by additional agriculture. (IPPO, p.45).

O limite máximo aqui também é determinado pelos limites do solo, mas agora acrescido pela industriosidade humana (*mankind become industrious*). Apenas esse terceiro estágio pode propriamente ser denominado de moderno, onde o refinamento dos modos serve de motor para o crescimento populacional (IPPO, p.47). De modo geral, simplicidade de costumes significa pouco excedente agrícola para ser trocado por bens de luxo, o que implicaria em baixa população (IPPO, p.48). Mas isso só vale para sociedades de homens livres (IPPO, pp.47-8). Nos tempos antigos,

> the wants of mankind were of a different nature. At present, there is a demand for the ingenuity of man; then, there was a demand for his person and service. (...) In the old world the principles were the same, but the spirit of nations was different. Princes wanted to have numerous armies. (...) To make mankind labour beyond their wants, to make one part of a state work to maintain the other gratuitously, could only be brought about by slavery, and slavery was therefore introduced universally. Slavery was then as necessary towards multiplication, as it would now be destructive of it. The reason is plain. If mankind be not forced to labour, they will labour for themselves only; and if they have few wants, there will be little labour. But when states come to be formed, and have occasion for idle hands to defend them against the violence of their enemies, food at any rate must be procured for those who do not labour; and, as by the supposition, the wants of the labourers are small, a method must be found to increase their labour above the proportion of their wants (IPPO, p.49).

A diferença entre tempos antigos e modernos se encontra nessa liberdade moderna, indissociável tanto do refinamento das artes e dos costumes quanto do comércio, assim como do trabalho: "Men were then forced to labour because they were slaves to others; men are now forced to labour because they are slaves to their own wants" (IPPO, p.51).

5. Divisão do trabalho e princípio da troca

Em 1776, Adam Smith publica o seu tratado de economia política. Ele inicia sua obra apresentado a divisão do trabalho e seus efeitos sobre a produtividade. No famoso exemplo de abertura, Smith mostra como as "eighteen distinct operations" envolvidas na fabricação de um alfinete "are all performed by distinct hands, though in others, the same man will sometimes perform two or three of them" (WN I.i.3, p.15). Um aspecto interessante a ser ressaltado é que não há diferença entre dentro e fora de um negócio (*business*): "in the way in which this business is now carried on, not only the whole work is a peculiar trade, but it is divided into a number of branches, of which the greater part are likewise peculiar trades" (ibidem, pp.14-5). Convém destacar que o termo *trade* aqui, primeiro, não significa mais comércio, mas sim ocupação ou ofício e, segundo, é sinônimo perfeito do termo negócio (*business*): a totalidade de um negócio é uma ocupação peculiar, subdividida em inúmeras outras ocupações, como a colocação da cabeça na parte superior do alfinete "is a peculiar business, to whiten the pins is another; it is even a trade by itself to put them into paper" (ibidem, p.15). No que tange à esfera produtiva da economia, portanto, Smith parece compreendê-la a partir de negócios individuais: o modelo para a compreensão da divisão do trabalho social é a divisão do trabalho interna à firma.[6] A crítica às teorias mercantilistas da balança comercial (*balance of trade*) inicia-se aqui, no primeiro capítulo da obra, com a ressignificação do termo *trade*[7] e a reconsideração do que consiste seu 'equilíbrio': ao invés de objeto e política pública, a "natural division and distribution of labour" é determinada pelas necessidades

[6] Ele talvez tenha sido o primeiro a fazê-lo (DIATKINE & DIATKINE, 1991).

[7] Em 1803 Jean-Batiste Say critica Smith tanto em sua teoria do valor quanto em sua escolha terminológica: "Cherchant ce qui donne aux choses cette valeur, Smith trouve que c'est le travail de l'homme, qu'il aurait dû appeler industrie, parce que le mot industrie embrasse des parties que le mot travail n'embrasse pas" (p.29) e "Il attribue au seul travail de l'homme le pouvoir de produire des valeurs. Une analyse plus complète prouve, ainsi qu'on le verra dans le cours de cet ouvrage, que ces valeurs sont dues à l'action du travail ou plutôt de l'industrie de l'homme, combinée avec l'action des agens que lui fournit la nature, et avec celle des capitaux. Je ne crains pas d'avancer que Smith n'avait pas envisagé sous toutes ses faces le grand phénomène de la production" (p.32).

particulares de cada um desses negócios ou ocupações específicas, numa palavra, por sua natureza.

> The trade of the corn merchant is composed of four different branches, which, though they may sometimes be all carried on by the same person, are *in their own nature* four separate and distinct trades. (WN IV.v.b.2, p.524; itálico meu)

O fracasso de iniciativas como a do rei Eduardo VI da Inglaterra que, em 1551, proibiu o negócio de atacadista de cereais (*the trade of inland corn merchant*) (WN IV.v.b.10, p.528), não deixa dúvidas[8]: "[T]he natural balance of industry, the natural division and distribution of labour" (WN IV.iv.14, p.504) constitui-se a partir das características de cada atividade particular. Em outros termos, para Smith, o aspecto técnico da atividade produtiva é o fundamento do corpo produtivo das sociedades, isto é, são as particularidades de cada processo produtivo que determina o modo como a divisão social do trabalho se organiza, num processo que é completado pela extensão dessa divisão que tem relação direta com o tamanho do mercado consumidor (WN I.iii, pp.31-6). Se as atividades agrícolas não podem ser tão divididas como as industriais, isso se deve a características naturais, inerentes a esse tipo de negócio, que impedem que as atividades ali envolvidas sejam "reduced to so great a simplicity of operation". Isso, contudo, não impede que a divisão do trabalho organize a sociedade e que seu grau de desenvolvimento seja determinado pelo grau em que tal divisão se encontra:

[8] "Our ancestors seem to have imagined that the people would buy their corn cheaper of the farmer than of the corn merchant, who, they were afraid, would require, over and above the price which he paid to the farmer, an exorbitant profit to himself. They endeavoured, therefore, to annihilate his trade altogether" (WN IV.v.b.11, p.528). Baniu-se a figura do comerciante, mas não a necessidade (e tampouco o custo) do transporte do fazendeiro ao consumidor final, a diferença é que o fazendeiro foi forçado a acumular seu próprio negócio com aquele do "corn merchant or corn retailer" (WN IV.v.b.12, p.529). Para Smith, o resultado é o inverso daquele esperado: forçado a dividir seu capital em dois negócios e a exercer uma ocupação com a qual ele não estava acostumado, o fazendeiro não era mais capaz de desempenhar de forma adequada nenhuma das duas ocupações e entregava um produto mais caro (WN IV.v.a.24, p.516).

> The division of labour, however, so far as it can be introduced, occasions, in every art, a proportionable increase of the productive powers of labour. The separation of different trades and employments from one another, seems to have taken place, in consequence of this advantage. This separation too is generally carried furthest in those countries which enjoy the highest degree of industry and improvement; what is the work of one man, in a rude state of society, being generally that of several in an improved one. In every improved society, the farmer is generally nothing but a farmer; the manufacturer, nothing but a manufacturer. (WN I.i.4, pp.15-6)

Tal divisão do trabalho é

> the necessary, though very slow and gradual consequence of a certain propensity in human nature which has in view no such extensive utility; the propensity to truck, barter, and exchange one thing for another. (WN I.ii.1, p.25)

Trata-se de uma propensão natural, que atua antes de qualquer raciocínio a respeito dos interesses dos indivíduos, a respeito da utilidade pública da troca. Smith continua,

> Whether this propensity be one of those original principles in human nature, of which no further account can be given; or whether, as seems more probable, it be the necessary consequence of the faculties of reason and speech, it belongs not to our present subject to enquire. (WN I.ii.2, p.25)

Essa passagem é central no que tange ao método de uma *Investigação* nos moldes humeanos. A propensão a trocar atua na *Riqueza das nações* do mesmo modo que o hábito ou costume (*habit*, *custom*) na primeira *Investigação* de Hume em pelo menos três funções: 1) trata-se de uma propensão ou instinto que atua de modo pré-racional[9]; 2)

[9] "All these operations are a species of natural instincts, which no reasoning or process of the thought and understanding is able either to produce or to prevent" (EHU V.i.8, pp.46-7).

instinto ligado à sobrevivência humana, tanto no nível do indivíduo quanto da espécie[10]; e 3) é o ponto máximo que o filósofo se permite investigar (*enquire*):

> At this point, it would be very allowable for us to stop our philosophical researches. In most questions we can never make a single step farther; and in all questions we must terminate here at last, after our most restless and curious enquiries. (EHU V.i.9, p.47

Para Smith, além da propensão a trocar, o princípio de "bettering one's condition" (WN II.iii.31, p.343), o ressentimento (TMS II.i.5.10, p.77) e o cuidado para com os recém-nascidos (TMS VI.ii.1.3, p.219) são todos princípios com o mesmo estatuto teórico do hábito em Hume: seres humanos sobrevivem não porque inferem de forma instintiva, como os animais (EHU IX.5, p.106; V.ii.21, p.55), mas porque, enquanto agentes são naturalmente prudentes, justos e benevolentes, isto é, permanentemente almejam melhorar sua condição (WN II.iii.28, p.341), ressentem-se de ofensas sofridas (TMS II.i.5.10, p.77) e cuidam de sua prole (TMS III.3.13, p.142) – e enquanto espectadores espontaneamente aprovam as manifestações desses instintos. Se lembrarmos que tais paixões serão aprovadas apenas se forem refletidas (TMS I.i.4.8, p.22), isso é, se levarem em conta o ponto de vista do espectador, veremos que "Nature (...) acts here, as in all other cases, with the strictest oeconomy, and produces a multitude of effects from one and the same cause; (...) sympathy (...)" (TMS VII.iii.3.3, p.321).

No que tange à economia política, em especial, a propensão a trocar e o princípio de *bettering one's condition* são, respectivamente, a causa da primeira e da segunda causa da riqueza das nações, a saber, a divisão do trabalho e a acumulação de capital. Dois

[10] "Custom is that principle, by which this correspondence has been effected; so necessary to the subsistence of our species, and the regulation of our conduct, in every circumstance and occurrence of human life" (EHU V.ii, p.55). Para Smith, ao contrário, raciocínios causais são uma operação do entendimento e, portanto, da razão, cabendo ao instinto atuar de outro modo: "The qualities most useful to ourselves are, first of all, superior reason and understanding, by which we are capable of discerning the remote consequences of all our actions, and of foreseeing the advantage or detriment which is likely to result from them" (TMS IV.2.6, p.189; cf. VI.i.7, p.213).

princípios que nada mais são que as hipóteses mais econômicas do ponto de vista metafísico frente ao conjunto de dados empíricos trazidos pela investigação. Trata-se de hipóteses puramente heurísticas formuladas pelo filósofo no intuito único de sustentar suas análises empíricas:

> By employing that word [i.e., Custom], we pretend not to have given the ultimate reason of such a propensity. We only point out a principle of human nature, which is universally acknowledged, and which is well known by its effects. Perhaps we can push our enquiries no farther, or pretend to give the cause of this cause; but must rest contented with it as the ultimate principle, which we can assign, of all our conclusions from experience" (EHU V.i.5, p.43).

Se a propensão a trocar remete mais diretamente à sociabilidade natural do homem (WN I.ii.2, pp.25-7) e o princípio de *bettering one's condition* mais imediatamente à sobrevivência do indivíduo (WN IV.ix.28, p.674), ambos não passam dos dois lados de um mesmo todo, afinal, o homem, enquanto animal social, pode sobreviver apenas em sociedade.

B. Objetivos

O objetivo principal desse projeto consiste em mapear o discurso científico a respeito do comércio e do econômico em meados do século XVIII, particularmente entre 1741 e 1776, período de surgimento da economia política enquanto ciência propriamente dita. Especial atenção será dirigida, no lado francês, às obras de Galiani e Condillac, mas especialmente e à *Enciclopédia* de Diderot e D'Alembert, tanto por sua centralidade na vida intelectual da época, quanto por ter abrigado as duas (ou três) maiores correntes da época a respeito: aqueles que na falta de um nome mais adequado denominamos de mercantilistas, o grupo que se organizou em torno de Gournay, a saber, Forbonnais,

Melon e Turgot, e os fisiocratas em torno de Quesnay (a terceira vertente se encontra em Rousseau, autor do verbete Economia). Pelo lado britânico, as obras de Hume, Steuart e Smith receberão destaque. Esse foco inicial poderá sofrer alterações de acordo com necessidades eventuais da pesquisa.

A hipótese de trabalho é de época e foi formulada por Hume: trata-se de mapear a forma como o *trade* entrou no discurso moderno, em especial em suas relações com o estado, isto é, em como economia e política se entrelaçam no discurso filosófico do século XVIII. A obra de Smith servirá de ponto de chegada por, pelo menos, três motivos: 1) porque ressignifica o termo *trade*, não mais comércio, mas sim ofício ou negócio, sinônimo inclusive de trabalho e cuja divisão é o objeto central de sua economia política; 2) pela importância histórica da *Riqueza das Nações* para a ciência econômica[11] e 3) porque possuo uma maior familiaridade com ela.[12]

Buscar-se-á menos um delineamento dos progressos analíticos e/ou doutrinários desse discurso (apesar de haver momentos em que sua apresentação é indispensável, como visto na seção A.4) do que o mapeamento das condições que permitiram o aparecimento da economia política nas três dimensões apresentadas na seção A.2, a saber, linguagem, método e forma expositiva.

C. Planejamento

Como apontado acima, são três as dimensões que perfazem o objeto dessa pesquisa: a linguagem, o método de pesquisa e a forma de exposição do discurso sobre o

[11] O juízo de Say (1803) é bastante significativo: "Lorsqu'on lit Smith comme il mérite d'être lu, on s'aperçoit qu'il n'y avait pas avant lui d'économie politique" (p.29). Para exemplos mais recentes dessa mesm aopinião ver as citações na Introdução do trabalho de Pierre Force (2003).

[12] Defendi recentemente uma tese que tinha como objeto a filosofia moral de Adam Smith.

comércio, ou da economia política em meados do século XVIII, período decisivo na formação do que hoje é conhecido como ciência econômica. Tais questões serão avaliadas de acordo com os desdobramentos conceituais em torno de ao menos quatro eixos de temas centrais ao discurso econômico desse período, a saber:

i. relações entre comércio e governo, seu papel socializador (interesses, competição) e seus instrumentos (dinheiro, juros, luxo)[13];

ii. a relação comércio e agricultura, seu papel na determinação do tamanho da população e no refinamento das artes[14];

iii. as relações entre comércio e finanças, termo do século XVIII para designar o que hoje é conhecido como finanças públicas, englobando tanto questões de tributação quanto da dívida pública[15];

iv. e, finalmente, o comércio internacional, basicamente, as questões de balança comercial (*balance of trade*) e o relacionamento interestatal, regido pelo que Hume denominou de *jealousy of trade*.[16]

D. Cronograma

O cronograma engloba dois anos de pesquisa (possivelmente três), sendo um deles no exterior, em Paris, na França, ou Edimburgo, na Escócia, a depender de desdobramentos institucionais.[17] Não está descartada a hipótese de estadia em ambas as

---

[13] Ver os ensaios de Hume, Of Money (1987, pp.281-294) e Of Interest (1987, pp.295-307).
[14] Ver os ensaios supra-citados, Of Commerce (1987, pp.253-267) e Of Refinement in the Arts (1987, pp.268-280)
[15] Ver os ensaios Of taxes (1987, pp.342-48) e Of Public Credit (1987, pp.349-65).
[16] Ver os ensaios Of the Balance of Trade (1987, pp.308-26), Of the Jealousy of Trade (1987, pp.327-31) e Of the Balance of Power (1987, pp.332-41). Como comentário, pode-se citar Hont (2005).
[17] Esse plano será efetivado apenas se o pedido de bolsa junto à Fapesp obter resposta positiva. Caso contrário, a pesquisa será desenvolvida em sua completude no Brasil, fazendo uso extensivo do acervo das bibliotecas brasileiras mencionadas abaixo.

cidades, inclusive. Em Paris o bolsista ficaria ligado ao grupo PHARE (Philosophie, historie et analyse des representations economiques) da Universidade Paris 1 Panthéon-Sorbonne e, se necessário, sob orientação do professor Laurent Jaffro. Em Edimburgo o bolsista estaria ligado ao *The Institute for Advanced Studies in the Humanities*[18] (ISAH) da Universidade de Edimburgo, sob orientação do professor Nicholas Phillipson.

Como se trata de uma pesquisa eminentemente bibliográfica, ela seria feita predominantemente nas Bibliotecas Florestan Fernandes (FFLCH-USP) e da FEA-USP (onde recentemente foi disponibilizado o acervo Delfim Netto) na Universidade de São Paulo, em paris junto às Bibliotecas Nacional da França (BnF) e da Sorbonne e, em Edimburgo, na Biblioteca Nacional da Escócia (NLS).

	06/2016-01/2017	02/2017-07/2017	08/2017-01/2018	02/2018-05/2018
Local	São Paulo	Paris	Edimburgo	São Paulo
Tópico predominante	Textos acessíveis	Textos franceses de difícil acesso	Textos escoceses de difícil acesso	Textos acessíveis

E. Bibliografia básica

CONDILLAC, *Œuvres Complètes* (16 vols; publiées par A.-F. Théry; 1821-22). Paris: Slaktin Reprint, 2012.

DELEULE, D. *David Hume et la naissance du liberalisme économique*, Paris: Aubier, 1979.

DIATKINE, S. & DIATKINE, D. Marché du travail et division du travail dans la Richesse des Nations. In: *Cahiers d'économie politique*, n°19, Le marché chez Adam Smith, pp. 69-84, 1991.

[18] O programa de *Postdoctoral Fellowships* geralmente tem inscrições até o mês de abril de cada ano para início no ano letivo seguinte (setembro-junho). A ideia inicial seria fazer a inscrição em abril de 2017 para estadia de alguns meses (até 6) ainda em 2017. O programa demanda a participação em reuniões

Diderot, D. & D'Alembert, J. (1751-65). *Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers* (Robert Morrissey, ed.). University of Chicago: ARTFL Encyclopédie Project. Recuperado em 26 de novembro de 2015 de http://encyclopedie.uchicago.edu/

DIDEROT, D. & D'ALEMBERT, J. *Enciclopédia, ou Dicionário razoado das ciências, das artes e dos ofícios* (Vol.1: Discurso Preliminar e outros textos; Vol.2: O Sistema dos conhecimentos; Vol.3: Ciências da natureza; Vol.4: Política e Vol.5: Sociedade e artes). São Paulo: Editora Unesp, 2015.

FIGUEIRA, P. (org.). *Economistas Políticos*. São Paulo: Musa Editora, 2001.

FORBONNAIS, F. *Elemens du commerce. Premiere et Seconde Partie*. Seconde Edition. Paris, 1754.

FORCE, P. *Self-Interest Before Adam Smith. A Genealogy of Economic Science*. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

FOUCAULT, M. *Segurança, território, população*. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

GALIANI, F. *Dialogues sur le commerce des blés*. Paris: Fayard, 1984.

HABERMAS, J. *O discurso filosófico da modernidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

HEGEL, G.W.F. *Grundlinien der Philosophie des Rechts*. Frankfurt am Main: Suhrkamp, 1986.

_____. Linhas Fundamentais da Filosofia do Direito ou Direito Natural e Ciência do Estado em Compêndio – 3ª Parte: A Eticidade – 2ª Seção: A Sociedade Civil. In: *Textos Didáticos*. Campinas: IFCH-Unicamp, nº21 (Marcos Müller, trad.), 2000.

HIRSCHMAN, A. *The Passions and the Interest*, Princeton: Princeton University Press, 1977.

HONT, I. *Jealousy of Trade*. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University, 2005

HONT, I. & IGNATIEFF, M. (eds.). *Wealth and Virtue: The Shaping of Political Economy in the Scottish Enlightenment*. Cambridge: C.U.P., 1983.

HUME, D. *Enquiries Concerning the Human Understanding and Concerning the Principles of Morals* (Selby-Bigge, ed.). Oxford: Oxford University Press, 1963.

_____. *Essays moral, Political and Literary* (E.F. Miller, ed.). Indianapolis: Liberty Fund, 1987.

_____. *A arte de escrever ensaio* (P.P. Pimenta; M. Suzuki, trads.; P.P. Pimenta, org.). São Paulo: Iluminuras, 2009.

Johnson, S. (1755). *A Dictionary of the English Language: A Digital Edition of the 1755 Classic by Samuel Johnson* (B. Besalke, ed.). Recuperado em 03 de novembro de 2015 de http://johnsonsdictionaryonline.com/

LARRÈRE, C. *L'invention de l'économie au XVIIIe siècle*. Paris: P.U.F., 1992.

MAGNUSSON, L. *Mercantilism. The Shaping of an Economic Language*. London: Routledge, 1994.

MONZANI, L. R. *Desejo e prazer na idade moderna*. Campinas: Unicamp, 1995.

_____. Raízes filosóficas da noção de ordem nos fisiocratas. In: *Discurso*, 44 (pp.9-54), 2014.

POCOCK, J. *The Machiavellian Moment. Florentine Political Thought and the Atlantic Republican Tradition*, Princeton: Princeton University Press, 1975.

_____. *Virtue, Commerce and, History*, Cambridge: C.U.P.,1985.

QUESNAY, F., *Quesnay. Economia*, São Paulo: Ática, 1984.

RICARDO, D., *The works and correspondence of David Ricardo in XI Volumes*, Cambrige: Cambridge Press, 1951.

ROBERTSON, J. *The Case for the Enlightenment. Scotland and Naples 1680-1760.* Cambridge : C.U.P., 2005.

ROUSSEAU, J.J. *Œuvres complètes T.III. Du Contrat Social. Écrits politiques*. Gagnebin, B. ; Raymond, M (eds.). Paris : Editions Gallimard, 1964 (Citado como "OC III").

SANTOS, R. C. A construção do objeto teórico da Œconomia Política: Quesnay e Smith. In: *Economia*, Curitiba, nº 21, pp.155-182, 1997.

SAY, J. B. *Tratado de Economia Política*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

SMITH, A. *Theory of Moral Sentiments* (1ª ed., 1759; 6ª ed., 1790), Oxford: Clarendon Press, 1976 (Citado como "TMS").

_____. *An Inquiry into the Nature and Causes of the Wealth of the Nations* (1776), Oxford: Clarendon Press, 1976 (Citado como "WN").

STEUART, J. *An Inquiry into the Principles of Political Oeconomy* (A. Skinner, ed.). Chicago: The Univeristy of Chicago Press, 1966 (Citado como "IPPO").

TURGOT, A. R. J., *Oeuvres de Turgot et documents le concernant* (5 volumes; G. Schelle, org.). Paris: Librairie Félix Alcan, 1913-1923.